



Memória e História Guarani Reveladas Através de Ação de Extensão em Região Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)

Guarani Memory And History Revealed Through Civic Engagement In The Triple Border (Argentina, Brazil And Paraguay)

Resumo

O presente artigo é resultado sintético do projeto de extensão *Memória Indígena e reparações pedagógicas em região de fronteira*, registrado na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) em 2016. Através da relação com a população Guarani, no Oeste paranaense, em especial no dialógico com lideranças: professores buscaram registrar a memória indígena em torno das ações do Estado brasileiro como violador de direitos desse povo na segunda metade do século XX, quando a referida população perdeu suas terras em três processos distintos: colonização do oeste do Paraná; criação do Parque Nacional do Iguaçu; e construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Nossa ação teve como referência as recomendações apresentadas em dezembro de 2014 no Relatório Final publicado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no que concernem às recomendações pedagógicas encaminhadas ao Estado brasileiro. Palavras-chaves: Guarani; Memória; Fronteira.

Clovis Antonio Brighenti^{1*}

¹Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

*E-mail: clovisbrighenti@hotmail.com

ABSTRACT

This article summarizes the extension project: “Indigenous memory and pedagogical reparations in the border region”, developed at the Universidade Federal da Integração Latino-Americana in 2016. As professors, we aim to register the indigenous memory through the relationship with the Guarani population in the state of Paraná in Southern Brazil, especially in dialogue with their leaders. We examine the actions by the Brazilian State as a violator of rights of the Guarani people in the second half of the twentieth century. At that time, indigenous population lost their land in three distinct processes: the colonization of western Paraná; the creation of the Iguazu National Park; and the construction of the Itaipu Binacional Hydroelectric Power Plant. We will use as a reference the pedagogical education recommendations of the Final Report published by the National Truth Commission (CNV) on December 2014, which was sent to the Brazilian State.

Keywords: Guarany; Memory; Border.

INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão *Memória Indígena e Reparações Pedagógicas em Região de Fronteira*, foi desenvolvido no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), localizada em Foz do Iguaçu (PR), no ano de 2016. O público destinatário e partícipe desse projeto foram os Guarani dos subgrupos linguísticos *Mbya* e *Ava*, localizados na região das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina. Em algumas aldeias no oeste do Paraná há uma vivência conjunta dos dois subgrupos linguísticos Guarani, porém apesar de diversos elementos da cultura material e língua se aproximarem da tradição cultural *Mbya*, se identificam como *Ava*. O objetivo central foi registrar a memória da população Guarani, em especial as pessoas de maior idade que habitaram a região nos últimos 60 a 70 anos, sobre a violação de direitos provocados pelos governos militares (1964-1985). Agregado ao objetivo central, também organizamos o acervo de documentos relativos ao tema exposto e propusemos a criação de um espaço de memória indígena da região da fronteira. Por fim, a partir do registro da memória e dos documentos pesquisados, objetivamos produzir material paradidático para as escolas indígenas e não indígenas.

A ação de Extensão atende a uma demanda da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ao concluir seu trabalho e entregar o Relatório Final à Presidência da República, no dia 10 de dezembro de 2014, a CNV recomendou às Instituições de Ensino Superior que desenvolvessem ações pedagógicas no sentido de aprofundar o diálogo com a população cujos direitos foram violados. No caso específico do oeste do Paraná o Relatório da CNV destacou violações relativas à população Guarani no marco da colonização (iniciada na década de 1940) e da construção da hidrelétrica Itaipu Binacional (1983). Ocorre que, devido à dinâmica de mobilização transfronteiriça dessa população, não é possível fazer o recorte no marco das fronteiras nacionais, sendo assim, transgredimos essas fronteiras para contemplar em nossa ação de extensão a população Guarani que habita o Paraguai e a Argentina e mantém vínculos socioculturais e históricos com os Guarani no oeste do Paraná.

Os Guarani contemporâneos ocupam um território que extrapola as fronteiras dos Estados nacionais de países do Cone Sul da América. Eles estão presentes na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esse território coincide, em grade medida, ao território histórico Guarani (MELIÀ, 1988). A partir de dados históricos e arqueológicos, é possível visualizar um território básico ocupado pelos Guarani, no momento da penetração portuguesa e espanhola em seu território, que se estende pelas “selvas subtropicais do Alto Paraná, do Paraguai e do Uruguai Médio (MELIÀ, 1988, p. 294). Sanguier (1980), outro pesquisador do tema, identifica uma maior concentração Guarani no núcleo central na mesopotâmia dos rios Paraná e Paraguai e, a partir desse núcleo, eles estendiam-se por um território mais amplo, habitando a atual região oriental do Paraguai, o sul do estado do Mato Grosso do Sul e partes da costa Atlântica, no Brasil, e a província de Misiones na Argentina, com algumas fixações em território boliviano pelo noroeste e Uruguai. Já Hélène Clastres (1978) entende que os Guarani ocupavam uma ampla região no cone sul americano e no litoral, se estendiam desde o estuário do Prata até a atual Cananéia (SP). Penetravam pelo interior dos estados do sul, espe-

cialmente pelas calhas dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Da confluência entre os rios Paraguai e o Paraná, as aldeias Guarani distribuíam-se ao longo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Ao norte, o território era delimitado pelo rio Tietê, a oeste pelo rio Paraguai.

A historiadora Susnik (1980), eslovena que viveu a maior parte de sua vida no Paraguai e dedicou-se aos estudos dos Guarani, que ao se referir a esse povo trata-os de Avá-Guaraníes, destaca a ocupação num vasto território que abrangia desde a base da cordilheira até o litoral atlântico e formavam nucleações. Em comum, entre esses pesquisadores, é a compreensão de que não se tratava de um território tradicionalmente ocupado, porém não exclusivo.

Utilizamos o conceito de território a partir da noção de “cosmografia” empregado por Little (1992) para definir os saberes ambientais, ideológicos e identitários que determinado grupo utiliza para manter seu território, criados na dimensão coletiva e histórica. Segundo Little, “o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 1992, p. 4). De Pacheco de Oliveira (1998) usamos a definição de território indígena como habitat dos povos, ou seja, lugares de vivências socioculturais, aos quais os Guarani definem como *Tekoha Guassu*. Desse modo, os territórios indígenas não podem ser pensados como lugares de produção econômica ou preservação ambiental, suas dimensões implicam em unidades de usos complexos.

Nossa ação de extensão incide sobre uma pequena fração deste vasto território, qual seja, a região oeste do Paraná, leste paraguaio e nordeste argentino.

Dois temas de análise se sobressaem no contexto Guarani transfronteiriço no que tange à violação de direitos, quais sejam, a colonização da região por empresas colonizadoras e a construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional. A região fronteiriça (Brasil, Argentina e Paraguai) é o último reduto boscoso ocupado pelos Guarani em seu território tradicional. A colonização da região, na parte brasileira, iniciada nos anos 1940, incidiu diretamente sobre o território Guarani. No caso do Paraguai, o processo ocorreu 30 anos mais tarde, na década de 1970, também por colonos brasileiros, em sua maioria. A Argentina não participa desse processo, embora tenha recebido contingente de migrantes brasileiros na fronteira leste da província de Misiones, porém, a região fronteiriça ao norte vai receber o contingente Guarani expulso do Brasil e Paraguai, que sofrerá o impacto do turismo que se intensifica a partir dos anos de 1980.

Do relatório da CNV (BRASIL, 2014) extraímos que a invasão do território Guarani na região de fronteira não é recente, pois já no século XVI o referido espaço era usado por colonos para atingir regiões que não eram acessíveis por cursos fluviais. No século XVII, foram construídas vilas e reduções jesuíticas, porém, devido aos ataques dos bandeirantes paulistas as vilas e reduções coloniais foram extintas e, por longo período, o lugar ficou exclusivo Guarani. É na segunda metade século XX que tem início uma nova forma de ocupação, desta vez por fazendeiros e colonos que eliminaram a mata nativa e a substituíram pela agropecuária. Outra característica dessa nova investida foi a quantidade de pessoas que chegaram em uma determinada época; não

restou terra “sem dono”. Toda a terra foi dividida em lotes por empresas colonizadoras e vendida aos colonos em situações de fraudes documentais, violência e trabalho escravo. Nesse contexto, os Guarani são usados como mão de obra na derrubada da mata, abertura de lavouras e estradas. De nosso trabalho de campo concluímos que, na década de 1970, ainda se contabilizavam pelo menos 18 Tekoha/aldeias Guarani na margem esquerda do rio Paraná; todas foram destruídas pela construção da Itaipu Binacional, que começou a operar em 1983, provocando aquilo que os Guarani definem como *sarambi*/esparramo total, com fugas das pressões e tentativas frustradas de sobrevivência. O Relatório da CNV (BRASIL, 2014) ainda é enfático ao afirmar que o Estado, através de seus órgãos ligados ao campo e aos indígenas, corroborou com o *sarambi*. Foram os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que atearam fogo nas casas Guarani para expulsá-los das terras; foi a Fundação Nacional do Índio (Funai) que produziu laudos falsos contra os Guarani. Por fim, foi a empresa Itaipu Binacional que alagou as terras e não reconheceu a presença dessa população na região.

Na margem direita do rio Paraná, o processo é semelhante, apenas com tempos diferentes. A expulsão dos Guarani por colonos brasileiros ocorre nos anos 1970, exceto nos 36 Tekoha que ficaram alagadas por Itaipu Binacional, que serão despejadas no início dos anos 1980 (BARÓN, 2017).

O espaço de floresta nativa na província de Misiones (AR) parecia um lugar seguro para os Guarani. Porém, com o incremento do turismo e a criação de parques florestais, ocorreu o confinamento dessa população em minúsculos espaços dependentes economicamente do turismo.

Sinteticamente, esse é o contexto no qual desenvolvemos nosso trabalho de extensão com as comunidades Guarani que se mantêm presentes na região, a maioria sem terra demarcada.

Quando trabalhamos com a relação de fronteiras, podemos visualizar uma dinâmica específica visto que, ligadas à mobilidade territorial, elas são singulares por estar em contextos bastante particulares. É a partir desses fatores que se evidencia, com maior nitidez, o significado das fronteiras para esse conjunto de comunidades que se articulam por redes linguísticas e territoriais, desafiando o universo colonial.

Por fim, este projeto se tornou um dos principais canais de diálogo da Unila com as comunidades Guarani, favorecendo os registros da memória e sua sistematização, além de novas reflexões sobre os contextos descritos, quiçá mais críticos.

METODOLOGIA

No dia 10 de dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) entregou o Relatório final ao governo brasileiro, com diversas recomendações; dentre elas 3 (três) recomendações pedagógicas:

1. Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando à colonização de suas terras durante o perí-

odo investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena”.

2. A Inclusão da temática das “graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas entre 1946-1988” no currículo oficial da rede de ensino, conforme o que determina a Lei nº 11.645/2008.

3. E a criação de fundos específicos de fomento à pesquisa e difusão ampla das graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, por órgãos públicos e privados de apoio à pesquisa ou difusão cultural e educativa, incluindo-se investigações acadêmicas e obras de caráter cultural, como documentários, livros etc. (BRASIL, 2014).

Os trabalhos da CNV, na temática indígena, não foram conclusivos pois tardiamente esse assunto foi incorporado pela Comissão; apenas sete meses após o início dos trabalhos foi constituído o GT Indígena, por uma compreensão inicial de que apenas os crimes “políticos” e individuais deveriam ser tratados.

Das 13 recomendações sobre a temática indígena, nosso projeto priorizou as de cunho pedagógico, visando à pesquisa de graves violações de direitos humanos no período entre 1946-1988, proporcionando a publicação de material didático a ser usado na rede pública de ensino, meta ainda não cumprida em sua totalidade, e também para comunidades indígenas e universidades. Trabalhamos com diversas parcerias, por compreender que elas eram fundamentais para o objetivo central do projeto, proporcionando à sociedade uma aproximação com os requisitos postulados na justiça de transição em seus múltiplos eixos, a saber, verdade, acesso à memória, reparação, responsabilização e mudança de conduta do Estado.

Um elemento facilitador e impulsionador da ação foi a iniciativa dos Guarani, de ambas as margens dos rios Paraná e Iguazu (BR, PY e AR), no sentido de criar uma Comissão Guarani da Verdade (CGV), já na primeira oficina realizada. Após esse ato, nossas ações seguiram o curso da dinâmica da Comissão Guarani da Verdade. A ação de extensão criou uma rede de trabalho multidisciplinar e interinstitucional, no âmbito da fronteira, contribuindo para evidenciar e registrar a história e memória do povo Guarani. Nesse processo, além dos Guarani, houve envolvimento de entidades indigenistas do Paraguai como a *Coordinación Nacional de Pastoral Indígena* (Conapi), da Comissão Estadual da Verdade (CEV) do Paraná, no âmbito do Ministério Público Estadual (MPE-PR), de colegas da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) Cascavel, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e em momentos pontuais da organização Guarani Yvyrupa e do Armazém Memória da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Importante destacar que a CNV trabalhou exclusivamente com dados e informações específicas do Brasil porém, para analisar o caso da Itaipu Binacional e sua participação na violação dos direitos, foi necessário compreender o todo, ou seja, a margem

esquerda (Brasil) e a margem direita (Paraguai) do rio Paraná.

Na tabela a seguir indicamos as principais tekoha/aldeias indígenas que trabalhamos no projeto.

	Nome	Município	País	Tamanho (Hectares)	Situação fundiária
01	Ocoy	São Miguel do Iguazu	Brasil	231	Reserva
02	Itamarã	Diamante do oeste	Brasil	200	Reserva
03	Anhetete	Diamante do oeste	Brasil	1700	Reserva
04	Vya Renda	Santa Helena	Brasil	00	Ocupam pequena fração de terra do estado
05	Mokoy Joegua	Santa Helena	Brasil	00	Ocupam refugio biológico de Itaipu
06	Aty Mirim	Itaipulândia	Brasil	00	Ocupam pequena fração de terra do estado
07	Sause	Minga Porã	Paraguai	00	Comunidade retomou a terra em 2015
08	Fotin Mborore	Puerto Iguazu	Argentina	200	Título comunitário
09	Jasy Porã	Puerto Iguazu	Argentina	350	Título comunitário

Tabela 1. Lista de Tekoha e população abrangida pelo projeto

Nosso projeto atuou em duas frentes, uma no registro da memória Guarani sobre as violações de direitos, ao mesmo tempo em que íamos fazendo a devolutiva nas oficinas; e, uma segunda frente na pesquisa documental a fim de iniciar o processo de criação de um Espaço de Memória Guarani. As oficinas foram realizadas em diferentes aldeias. A metodologia consistia em reunir pessoas das comunidades com a Comissão Guarani da Verdade (o número e envolvimento ficava a critério de cada comunidade), introduzir o tema, apresentar as imagens e escutá-los. Em alguns Tekohas, as escolas suspendiam as aulas para possibilitar a participação de professores e alunos e, em outras, a participação era quase que exclusiva dos líderes e anciões. Além de ouvi-los, apresentávamos a documentação histórica que evidenciava a violação de direitos. Um dos elementos que mais contribuiu para a participação ativa de todos foi a localização de um acervo fotográfico, de antes e depois do fechamento das comportas da Itaipu Binacional. Ao projetar esse acervo através do recurso do Power Point, as pessoas identificavam amigos e parentes e, muitas vezes, se localizavam nas imagens. Para além de identificação das fotos, reavivavam as memórias em torno do ocorrido, ou seja, íamos construindo uma memória visual. Na sequência, realizamos o registro da memória oral com pessoas mais velhas, as que conheceram os lugares que foram alagados para a formação do lago de Itaipu e outras aldeias existentes na região.

Fotografia 1 –
Manifestação
Guarani contra
Itaipu.

Fonte: Cimi (1991)



Em complementação à memória, localizamos acervos de documentos sobre a região, tanto no Brasil como no Paraguai. Esses acervos são compostos por fotografias, mapas, ações judiciais e processos administrativos bem como documentos avulsos como “ofício” dos Guarani à Itaipu Binacional. Dissertações, teses e laudos sobre o tema também fazem parte do acervo que irá compor o Espaço da Memória Guarani, na Unila.

Além disso, nosso projeto está amparado pelos pressupostos básicos da teoria e metodologia da História Indígena, na perspectiva de iniciativas multidisciplinares entre diferentes áreas do conhecimento, especialmente na relação entre antropologia e história, relação que nos últimos anos tem fundamentado inúmeras pesquisas empíricas em diferentes tempos e espaços na América Latina, nos quais os indígenas são enfocados como sujeitos do processo (ALMEIDA, 2012). De acordo com Trigger (apud ALMEIDA, 2012, p.158) o diálogo entre história e antropologia implica ir além do domínio metodológico, “os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada”.

Desta maneira, Cardoso e Vainfas (2012) também concordam em que a “nova história cultural” está com um pé em cada mundo e tem na antropologia a “interlocutora privilegiada”. A abordagem que propomos dialoga também com as ciências ambientais e sociais, mais especificamente com a história ambiental e a geografia. O diálogo entre as várias áreas do conhecimento não se resume a uma necessidade “legal”, mas se constitui como um dos pressupostos teóricos metodológicos da história indígena, que em seu percurso está se consolidando como um método que congrega, além da antropologia e da geografia, áreas como a arqueologia e a linguística (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003).

O fato é que a pesquisa e a extensão com populações indígenas caminham para a construção de novos marcos referenciais em suas abordagens. Apesar de incipiente, os pressupostos teóricos devem partir de outras temporalidades, diferentemente da abordagem clássica da História. Afinal, os indígenas não ingressaram na história apenas no século XV durante o período colonial; a arqueologia é um importante instrumento para demonstrar a longevidade da presença dessas populações no continente (CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Nesse sentido, ampliam-se os universos de fontes para além da produção escrita, deslocando-se para a cultura material e imaterial e para os conhecimentos e saberes transmitidos na oralidade.

Há um entendimento de que as relações estabelecidas com indígenas, na atualidade, não podem ser pautadas pelos conceitos de transitoriedade ou da integração, sugerindo que esses seriam menos indígenas que as gerações passadas ou que logo deixarão de ser indígenas. É necessário pensá-los como sujeitos históricos de seu tempo, agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais. Esses também serão desafios que se colocam para o ensino da História Indígena e para a inserção dos mesmos no universo acadêmico, enquanto produtores de conhecimentos a partir de suas cosmovisões na dimensão da interculturalidade. Reconhecemos que os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 permitiram que os povos indígenas deixassem os “bastidores” para assumirem o “palco”.

No entanto, parte da sociedade brasileira ainda resiste à possibilidade de ver os povos indígenas como sujeitos de direitos e mobilizados para a conquista de suas pautas. Nesse sentido, Anibal Quijano (2009) afirma que a sociedade Latina Americana precisa superar a perspectiva da colonialidade, definida por ele como “um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Para Quijano, a colonialidade se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social” (QUIJANO, 2009, p. 73).

No entanto, a nova abordagem sobre a temática quer se opor à perspectiva do “epistemicídio”, definido por Boaventura de Sousa Santos (2009) como uma maneira de expropriar os povos indígenas de suas formas próprias de pensar a vida, do seu jeito de existir no mundo. As novas teorias sobre essa temática são fundamentais para possibilitar a pluriculturalidade da sociedade brasileira. A abertura para essa nova abordagem passa, necessariamente, pelo conhecimento da história e da cultura desses povos, nos espaços formais da educação escolar e na educação popular.

A construção de processos de pesquisa, sobre populações indígenas, deve ainda passar pelo “pensamento de fronteira”, umbilicalmente ligado aos projetos decoloniais (MIGNOLO, 2013). O método que Mignolo denomina de pensamento de fronteira, implica romper com as formas de pensamento europeu ou eurocêntricas de modernidade e desafiar-se a pensar desde diferentes espaços, especialmente os espaços daqueles que foram desprestigiados ao longo da modernidade, como os saberes e as práticas indígenas.

Conforme aponta Bragato (2013), “o pensamento decolonial propõe uma for-

ma de conhecimento que implica desprender-se e abrir-se às possibilidades encobertas e desprestigiadas pela racionalidade como sendo tradicionais, bárbaras, primitivas, místicas etc.". Trata-se de uma perspectiva desafiadora em criar esses novos conceitos, novos métodos e, principalmente, novas práticas em torno da visão pós-colonial, algo que seja próprio dos povos latino-americanos (BENVENUTO LIMA JÚNIOR, 2013).

É no contexto da fronteira, que se evidencia com maior nitidez o significado das mesmas para esse conjunto de comunidades que se articulam por redes linguísticas e territoriais, desafiando o universo colonial. O trânsito da população Guarani, pela fronteira, possibilita que seja experienciada com maior intensidade a dimensão continental da territorialidade desse povo, de modo a construir novas visões e práticas decoloniais. Essas práticas estão associadas às dimensões da resistência e da persistência, uma não aceitação da existência e presença das fronteiras e, por extensão, aos próprios Estados nacionais.

A perspectiva decolonial produz implicações de diversas ordens, dentre elas o reconhecimento de novas territorialidades e novas formas de relacionar-se com o meio. Os Guarani, de maneira particular, têm uma contribuição significativa na construção do pensamento pós-colonial. Segundo Melià:

“O povo Guarani é muito moderno, quase pós-moderno. Por quê? Porque o povo Guarani, embora sua especificidade seja a singularidade, sabe entrar em diálogo conosco. O pensamento desse povo não está tão distante do nosso pensamento utópico. Pela sua linguagem, pelo seu modo de ser, pela sua palavra, pela sua paciência mais que pela agressividade, o povo Guarani é um particular universalizável” (MELIÀ, 2001, s/p).

O mapa a seguir é uma representação da memória Guarani sobre seu espaço antes da construção da represa de Itaipu Binacional

Mapa 1 - Mapa êmico Guarani, indicando a presença de aldeias nas margens dos rios Paraná e Iguazu no marco da inundação das terras pela represa de Itaipu Binacional.

Fonte: Cimi (1988).



A partir do mapa *êmico*, apresentado nesse artigo, elaborado pelos Guarani, é possível perceber que havia várias aldeias nas margens do rio Paraná. Com a formação da barragem de Itaipu, as aldeias tiveram que ser remanejadas e, com este processo, foram reduzidas a apenas uma.

Foi no processo da formação do Lago de Itaipu que os indígenas se sentiram injustiçados; primeiro porque foram expulsos de suas aldeias de origem, nas áreas que seriam alagadas e, depois, porque foram remanejados para uma área pequena sem condições de abrigar o grande número de pessoas que estavam sem terra. Até hoje eles convivem com as más condições da terra.

RESULTADOS

O projeto *Memórias Indígenas e Reparações Pedagógicas em Região de Fronteira*, produziu mais resultados do que estava previsto inicialmente, muito embora algumas atividades não tenham sido totalmente finalizadas.

O principal resultado do projeto é, sem dúvida, o registro da memória Guarani. Entendemos que é através da memória que o povo Guarani se mobiliza. Virgílio Martínez (2016), um de nossos entrevistados, recorda que eles viviam em ambas as margens do rio Paraná:

"Nossa vida era pescar. Tínhamos uma casa no Paraguai e outra deste lado, no Brasil. Quando trabalhávamos deste lado nossa casa era em Santa Helena, nas margens do rio. Usávamos a canoa para cruzar o rio nos fins de semana, nos dias de Jeroky/cerimônias, ou mesmo todos os dias. Depois usávamos a canoa para ir à escola, no segundo e terceiro grau, que tinha que ser no Brasil, que não era uma escola pública, porque tinha que pagar, às vezes não tinha dinheiro daí abandonamos." (MARTINEZ, 2016).

Júlio Martínez (2016) complementa que, para eles, o rio Paraná nunca foi fronteira, "ao contrário, era nossa estrada, nosso caminho. Era ele que facilitava o deslocamento de uma margem à outra. Tinha muitas aldeias nas duas margens do rio".

Alguns dos entrevistados falam apenas em Guarani; nesse caso usamos tradutores indígenas para nos auxiliar nos trabalhos. João Centurião (2016) observa que: "*upe pengo o amenza umi Blanco kuera ajepa, omo disparapa voipy, entonces okyhyje o atropellata até oreve jepe oreróga apypata kuri, oĩpeteĩ coronel Neno pe'a*", traduzida por Cassemiro Centurião: "então ele quis dizer que a turma começou sair porque tinha ameaça dos brancos na época, aí todo mundo tinha medo que o outro morrer, aí tinha que sair, só ficou família Centurião, mesmo ameaçada".

As ações do projeto que incidiram diretamente na memória, mobilizaram as comunidades Guarani, no sentido de se perceberem como sujeitos históricos. Importante observar que o tema da violação de direitos é um elemento latente na memória dessa população. As ações mitigadoras coordenadas pelo Estado brasileiro, desde a década de 1990, não alcançaram equacionar minimamente as violações, ao contrário,

foram desenvolvidas no intuito de apagar a memória histórica dessa população e conformá-los no limite do assistencialismo, oferecendo como “compensação” minúsculas terras e “empregos” no setor do agronegócio regional, justamente para desmobilizar as comunidades Guarani na defesa dos seus direitos.

Consideramos que o empoderamento das comunidades é um importante resultado dessa ação, porque ele articula e propicia ações voltadas para a análise crítica do processo histórico e auxilia na articulação de ações de reparações. Ressalta-se que não era necessariamente esse o resultado previsto no projeto, porém as ações com grupos humanos, quando respeitadas suas iniciativas, tendem a resultar em ações não previstas.

Está em curso a finalização de uma obra denominada “memória visual”, contendo registros fotográficos do período anterior à construção da Itaipu, quando as famílias ainda viviam nas margens do rio Paraná, associada a depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período. Na mesma perspectiva, foi deliberada a publicação de um material impresso registrando a história regional a partir do ponto de vista dos Guarani. Em fase de finalização, esse material contempla as perspectivas distintas de historicidades que se opõem no campo discursivo e prático. Para a população não indígena do oeste do Paraná, a história de heroísmo começa justamente quando tem início a invasão do território Guarani. Para os Guarani, esse mesmo ato é percebido e vivenciado de forma totalmente antagônica. O tempo passado, quando ainda havia mata, é visto como o tempo da fartura, do bem viver, da liberdade e facilidade; já para a sociedade não indígena, aquele tempo é visto como período de sofrimento, da ausência de tecnologias, ausência de estradas, etc.

Na academia o projeto resultou na criação de um Espaço de Memória Guarani, por meio do qual está sendo organizado um acervo documental que servirá para pesquisadores da universidade, dos vários campos do saber, bem como para os próprios Guarani.

Na perspectiva do ensino e pesquisa, nosso projeto resultou na publicação de artigos em revista científica e materiais que agora estão em processo de publicação. Ao longo do projeto contamos com a presença indígena na universidade, em atividades relacionadas à troca de saberes e aulas públicas, com participação de diversos estudantes e professores da instituição.

Associada à ação de extensão, desenvolvemos a pesquisa por meio da qual pretendemos organizar uma cartografia da fronteira, a fim de se evidenciar os elementos acima expostos, resultados da ação direta com os Guarani.

O projeto foi apresentado em dois eventos de extensão, na própria Unila; como o IV e V Seminário de Extensão da Unila (Seuni). O Seminário é promovido para exposição e avaliação dos projetos, mas que se torna importante evento interno, já que grande número de trabalhos realizados é exposto para a comunidade universitária e para a comunidade externa.

A equipe do projeto participou do 34º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) durante os dias 03 a 05 de agosto de 2016, no Instituto Federal Catarinense (IFC), em Comburiu (Santa Catarina). O evento teve significativa importância,

uma vez que foram apresentados trabalhos de variadas temáticas e com a presença de estudantes de diversas universidades da região sul.

Publicamos também um relatório específico que serviu de base para a publicação do relatório da Comissão Estadual da Verdade (PR), através do qual identificamos as violações sofridas pelos Guarani desde 1946 a 1988 e indicamos possíveis reparações. Esse relatório é base para as oficinas e estudos desenvolvidos com as comunidades, uma vez que busca abranger uma temporalidade da qual os sujeitos e vítimas desse processo estão quase todos ainda presentes nos Tekoha do oeste do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado do projeto foi a forma como as comunidades Guarani se apoderaram dos instrumentos do registro da memória, através da divulgação de violações de direitos e orientações para possíveis reparações. Foram diversas manifestações propondo a continuidade do projeto, dentre elas destacamos a de César Pereira (2016): “Eu não quero que o projeto acabe agora, precisamos muito de sua continuação. Demoramos um pouco até nos organizar e entender bem a proposta e começar a fazer o trabalho concreto, por isso é importante que o trabalho continue”.

Teodoro Tupã Alves, professor e líder Guarani, avalia positivamente os trabalhos desenvolvidos no projeto:

Tivemos pessoas emocionadas, porque nunca tinha acontecido antes. Os jovens se sentem valorizados, os velhos se sentem também valorizados. As mulheres precisam se organizar também para que elas se sintam valorizadas. Vamos escolher um tema para as mulheres se sentirem inseridas nesse grupo. (ALVES, 2016).

Acreditamos também que, com a criação de um acervo composto por documentos históricos sobre os Guarani na região fronteira, haverá um significativo aporte para embasar pesquisas e estudos sobre as inúmeras violações de direitos. Acreditamos que o projeto não pode parar, o comprometimento da Universidade com a comunidade está dado, o que precisamos agora é avançar e aprofundar as relações, bem como estender para outras temáticas. A universidade tem um papel muito importante enquanto instituição de ensino, justamente de construir relações para além dos espaços internos, incentivando o diálogo com toda comunidade externa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? e outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó:

Argos, 2009.

ALMEIDA, Maria Celestino. História e antropologia. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.) Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALVES, Teodoro Tupã. Anotações pessoais do depoimento no processo de avaliação do projeto de extensão.

Tekoha Itamarã (PR), 2016.

BARON, Mariblanca. Los Ava Guarani Paranaenses: Un etnocidio sistemático. CEADUC: Asuncion, 2017.

- BENVENUTO LIMA JÚNIOR, Jayme.** O difícil caminho da transculturalidade. In: Revista do IHU. Pós-colonialismo e pensamento descolonial. A construção de um mundo plural. Ano XIII, nº 431. São Leopoldo, 2013. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5251&secao=431. Acesso em: Nov-13.
- BRAGATO, Fernanda.** A diversidade cultural negada pela modernidade. In: Revista do IHU. Pós-colonialismo e pensamento descolonial. A construção de um mundo plural. Ano XIII, nº 431. São Leopoldo, 2013. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5251&secao=431. Acesso em: Nov-13.
- BRASIL/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.** Relatório. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.).** Novos domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CLASTRES, Hélène.** Terra sem mal. O profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CUNHA, Manuela C. da.** Política Indigenista no século XIX. In: _____(org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da Cultura, Fapespe, 1992.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge.** Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena. Anais do XXII Simpósio Nacional de História. ANPUH, João Pessoa, 2003.
- HALL, Stuart.** A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KUPER, Adam.** Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru. Edusc, 2002.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza.** Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LITTLE, Paul.** Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 1992.
- MARTINEZ, Júlio.** Depoimento concedido a Clovis Antonio Brighenti. Tekoha Ocoy (PR), maio de 2016.
- MARTINEZ, Virgílio.** Depoimento concedido a Clovis Antonio Brighenti. Tekoha Ocoy (PR), maio de 2016.
- MELIÀ, Bartomeu.** A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, Manuel M. O Rosto Índio de Deus. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 293-357. (Col. Teologia da Libertação, série VII, v. 1).
- MELIÀ, Bartomeu.** Palestra proferida no Seminário sobre Territorialidade Guarani: A questão da ocupação tradicional. Organização: Conselho Indigenista Missionário e Museu Universitário/Universidade Federal de Santa Catarina. Apoio: Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (Florianópolis/SC). Morro das Pedras – Ilha de Santa Catarina. 10 e 11 de setembro de 2001.
- MIGNOLO Walter.** Decolonialidade como o caminho para a cooperação. In: Revista do IHU. Pós-colonialismo e pensamento descolonial. A construção de um mundo plural. Ano XIII, nº 431. São Leopoldo, 2013. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5251&secao=431. Acesso em: Nov-13.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes.** História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João.** Introdução. In: _____. Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- PEREIRA, César.** Anotações pessoais do depoimento no processo de avaliação do projeto de extensão. Tekoha Itamarã (PR), 2016.
- POLLAK, Michael.** Memória e Identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Edições Vértice, vol. 2, n.3, 1992.

- QUIJANO, Aníbal.** Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.
- SAGUIER, Rubén Barreiro.** Literatura Guaraní del Paraguay. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.
- SUSNIK, Branislava.** Los Aborígenes del Paraguay. Etnohistória de los Guaranies. Época colonial. II. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980.
- THOMSON, Alistar.** Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Ética e história oral. São Paulo, vol.15, 1997.